

REMIÇÃO PELA LEITURA: TRABALHANDO A INCLUSÃO SOCIAL A PARTIR DA LEITURA NA PENITENCIÁRIA NA CIDADE DE PARINTINS

Francisca Keila de Freitas - Mestre do programa de Pós Graduação em Educação e Ciências na Amazônia, Graduada em Pedagogia, especialização em Psicopedagogia, Educação Inclusiva e Libras. Professora e da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) Coordenadora do Projeto. E-mail: keilamoedo@hotmail.com

Delma Pacheco Sicsu - Graduada em Letras pela Universidade Federal do Amazonas (1994), comunicação Social/Jornalismo também pela Universidade Federal do Amazonas (2013). É Mestre em Letras e Artes pela Universidade do Estado do Amazonas; Especialista em Literatura Brasileira Moderna e Pós Moderna pela UFAM (Universidade Federal do Amazonas); Especialista em Educação, Desenvolvimento e Políticas Educativas pela Faculda de Aldemar Rosado - FAR, em convênio com O Centro de Formação, Estudos e Pesquisas- FORUM. Subcoordenadora do Projeto. E-mail: delmasicsu@bol.com.br

Letícia Tavares Souza - Acadêmica em Licenciatura em Letras na Universidade do Estado do Amazonas do Centro de Estudos Superiores de Parintins, Bolsista do PROGEX. E-mail: tavares.leticia@hotmail.com

Atina Cristina Batista Dutra - Acadêmica em Licenciatura em Letras na Universidade do Estado do Amazonas do Centro de Estudos Superiores de Parintins, Bolsista do PROGEX. E-mail: atinabatista79@gmail.com

RESUMO

O presente artigo traz a temática “Remissão pela leitura: trabalhando a inclusão social a partir da leitura na penitenciária na cidade de Parintins”; é uma proposta em andamento, que envolve a inclusão social através da leitura. Ele tem como objetivo analisar as práticas de leitura realizadas na escola, localizada no Presídio na cidade de Parintins, propondo possíveis oficinas de leitura que contribuam de forma social e pessoal aos que estão no regime fechado. A temática envolve a escola municipal presidiária Vitório Barbosa, onde encontram-se alunos do projeto EJA – Educação de Jovens e Adultos, através de parcerias com a rede municipal de educação – SEMED. Como base teórica temos autores como PERÉZ e GARCIA (2001); JAEGER (1989); SILVA (2008), os quais apresentam estudos realizados em presídios considerando a importância da leitura nesses espaços. A metodologia utilizada para realização do projeto que culminou nesse artigo parte de uma pesquisa qualitativa, com abordagem dialética, em que utilizamos como procedimentos metodológicos a observação, reuniões, estudos dirigidos sobre a importância da leitura e os benefícios dela dentro da escola Municipal Vitório Barbosa em Parintins. Dessa maneira, a pesquisa apontou que ensinar exige um processo de reflexão e participação de todos os sujeitos sociais responsáveis por esse processo, disposto através do projeto.

Palavras-chave: Direito à Educação. Remissão pela Leitura. Inclusão Social.

ABSTRACT

This article brings the theme “Remission through reading: working social inclusion from reading in the penitentiary in the city of Parintins”, it is an ongoing proposal, which involves social inclusion through reading. It aims to analyze the reading practices carried out at the school, located at the Presidio in the city of Parintins, proposing possible reading workshops that contribute in a social and personal way to those who are in the closed regime, the theme involves the presidential municipal school “Vitório Barbosa”, Where students from the EJA project - Youth and Adult Education are found, through partnerships with the municipal education network – SEMED. Theoretical bases are authors such as PERÉZ and GARCIA (2001); JAEGER (1989); SILVA (2008), who present studies carried out in prisons considering the importance of reading in these spaces. The methodology used to carry out the project that culminated in this article starts from a qualitative research, with a dialectical approach, where we use observation, meetings, studies directed on the importance of reading and the benefits of it within the Vitório Barbosa Municipal School as methodological procedures in Parintins.

Key words: Right to Education. Remission by Reading. Social Inclusion.

INTRODUÇÃO

A temática apresentada surge através de pesquisas relacionadas à inclusão social e prática de leituras, nas quais percebemos a fragilidade dentro do processo educacional no que se refere àqueles que são privados de liberdade. Assim traçamos como objetivo principal analisar as práticas de leitura realizadas na escola, localizada no Presídio na cidade de Parintins, propondo possíveis oficinas de leitura que contribuam de forma social e pessoal aos que estão no regime fechado.

Em busca de tentar minimizar tais questões que envolvem a remição pela leitura, a fim de trabalhar a inclusão social a partir da leitura na penitenciária na cidade de Parintins, unimos pesquisa, ensino e extensão, pilares agregados ao Centro de Estudos Superior de Parintins, fazendo com que possamos justificar o artigo como uma forma de desenvolver o bom desempenho no que diz respeito à inclusão social dos alunos presidiários, pois se observaram as problemáticas que envolvem o local, que são das mais diversas possíveis como superlotação, falta de estrutura e segurança, bem como a realidade da maioria dos presídios do país.

É importante destacarmos que no âmbito jurídico, a educação é um direito social fundamental, garantida através de diversas normas previstas constitucionalmente. Assim as normas resolvem como dever do Estado e da família, com a colaboração da sociedade, promover e incentivar a educação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, de forma individual e coletiva.

Assim, é de suma importância a divulgação das práticas de leitura dentro da Escola localizada no Complexo Penitenciário de Parintins, pois elas intentam atender a diversidade neste processo de educação, para que não haja diferença, quebrando barreiras paradigmáticas e oportunizando uma educação igual para todos.

O desafio da leitura que enfrentamos e levamos aos alunos é um desafio de democracia e de cidadania, da formação do aluno cidadão leitor, e isso vai além das paredes da escola. Porém, a escola é uma etapa muito importante nesse processo. A leitura é também instrumento para a participação do aluno, nas discussões da comunidade política que tanto os cerca neste ambiente em que ainda estão vivendo.

Inclusão: uma questão social

Trazendo as questões referentes à inclusão enquanto questão social, adentramos um universo que para muitos pode ser desconhecido ou até mesmo discriminado, todavia sob as condições sociais e direitos humanos é importante saber que mesmo as pessoas que estão privadas de liberdade têm seus direitos, e um deles é a educação.

Partindo deste contexto Duarte (2007) pondera sobre o Artigo 6º da Constituição Federal, considerando a educação como um direito fundamental de natureza social, de modo que sua tutela vai além de meros interesses individuais; assim, além da educação para os que estão inseridos no sistema propriamente ditos, a transformação alcança a sociedade em que ela se efetiva, na medida em que representa a perpetuação de um meio de vida, uma cultura. JAEGER (1989, p. 4) afirma que:

(...) a educação não é uma propriedade individual, mas pertence por essência à comunidade. O caráter da comunidade imprime-se em cada um de seus membros e é no homem, muito mais do que nos animais, fonte de toda a ação e de todo comportamento. Em nenhuma parte, o influxo da comunidade nos seus membros tem maior força que no esforço constante de educar, em conformidade com seu próprio sentir, cada nova geração. A estrutura de toda a sociedade assenta nas leis e normas escritas e não escritas que a unem e unem seus membros.

Ainda diante dessa lógica de pensamento, Silva (2008) preceitua que o direito à educação, entendido como um direito fundamental pelo ordenamento jurídico brasileiro, implica essencialmente na efetivação da dignidade humana, na qual se propicia um tratamento de igualdade entre indivíduos que se situam em condições de desigualdade social, possibilitando, com isso, uma maior participação sócio-política das parcelas preteridas da sociedade. Para melhor compreensão é necessário entender que presos são seres humanos e possuem os mesmos direitos concedidos aos cidadãos livres. De acordo com os juristas NERY e JUNIOR (2006, p. 164):

Presos e direitos humanos. Tanto quanto possível, incumbe ao Estado adotar medidas preparatórias ao retorno do condenado ao convívio social. Os valores humanos fulminam os enfoques segregacionistas. A ordem jurídica em vigor consagra o direito do preso ser transferido para local em que possua raízes, visando a indispensável assistência pelos familiares.

Refletir sobre os desafios postos a esta realidade educativa servirá de fundamental importância para o desenvolvimento humano e relevante para o trabalho de inclusão social dos presos, visando condições através das leituras literárias para que eles possam ser reintegrados à sociedade de maneira realmente efetiva.

Práticas de leitura nos presídios

Dentre as muitas dificuldades no que se refere a exercer a leitura e a escrita desde a primeira fase escolar em escolas regulares que seguem o padrão exigido que oferece condições para uma boa aprendizagem, em uma unidade escolar que funciona em uma instituição de execução penal (presídio), as dificuldades aumentam considerando inúmeros fatores existentes no local.

Paulo Freire na década de 1960 aponta as práticas do ensino alienantes da “educação bancária” (aquela em que, nos alunos, professores depositam conhecimentos, ou destes os sacam), inaugurando uma concepção libertadora de aprendizagem, marcada pela consciência e pela possibilidade de transformar o mundo, mas como transformar o mundo em um regime excludente e discriminatório?

Dentro da escola no presídio deparamos com jovens e adultos que se encontram fora de sala de aula há vários anos e que retomaram seus estudos somente após estar em uma prisão e, ainda, com mais incidência, alunos que nunca frequentaram uma sala de aula.

Assim há necessidades do mundo moderno, e a escola precisa dar respostas a esses alunos, que, embora estejam privados de liberdade, não estão do direito à educação, ao oferecimento de práticas de leitura e escrita que os preparem para essas exigências da sociedade. Os autores PERÉZ e GARCIA (2001, p. 49) comentam:

A leitura como instrumento útil de interpretação cultural favorece a apropriação da experiência e do conhecimento humano em um processo diálogo, mediante o qual o leitor tem acesso de forma dialética a outras informações, pontos de vista, representações, versões, visões, concepções do mundo (...).

É preciso ir além da simples aquisição do código escrito e passar a fazer uso da leitura e da escrita no cotidiano. Desta maneira, o trabalho feito com os alunos privados de liberdade tem o intuito primordial de oportunizar comportamento e atitudes na mudança para uma nova vida social, havendo a inclusão.

Legislação e o direito da remição pela leitura

O projeto realiza-se com a colaboração de parcerias burocráticas. Esta parceria nos proporcionou a valia no Conselho Nacional de Justiça – CNJ, conforme disciplinado pela Recomendação n. 44/2013. A remição de pena, prevista na Lei n. 7.210/84 de Execução Penal (LEP), está relacionada ao direito assegurado na Constituição Federal de individualização da pena.

Em análise a algumas questões abordadas na LEP, será possível observar que o cumprimento da Lei não é apenas benefício para os condenados, mas para a sociedade que poderá recebê-los pós-cárcere ressocializados.

Diante dessas considerações a Lei de Execução Penal 7.210/84, em seu Artigo 10 e 11, garante a educação como uma assistência ao preso e ao internado. Ademais, tal atividade educacional não pode ser considerada como uma simples regalia concedida, mas como um elemento principal, capaz de oferecer aos presos oportunidades para um melhor aproveitamento do tempo em que permanecem na prisão. Dessa forma, segundo COYLE (2002, p. 186):

A educação dentro dos presídios deve oferecer necessidades básicas, com o intuito de que todos aqueles apenados, independentemente do tempo, possam aprender habilidades tais como ler, escrever, resolver cálculos básicos que contribuirão para a sua vivência posterior no mundo exterior, fora das grades.

No entanto, a educação é garantida para todas as pessoas e está direcionada para o pleno desenvolvimento da personalidade do ser humano e o fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, que deverá refletir para toda a sociedade, uma vez inserida a educação para as pessoas que tiveram o comportamento antissocial.

METODOLOGIAS

Para a pesquisa utilizaremos a pesquisa qualitativa; de acordo com Sandín-Esteban (2010, p. 220) “os estudos qualitativos envolvem, em maior ou menor grau, duração e intensidade, uma interação, diálogo, presença e contato com as pessoas participantes”. Nesse sentido, a pesquisa procura descrever as percepções, opiniões e indagações, numa profunda interação entre os atores da pesquisa.

O local de pesquisa é na escola que funciona dentro da unidade prisional de Parintins, contendo 19 (dezenove) detentos que colaboraram fazendo leitura e desenvolvendo, cada um, uma resenha por mês das obras lidas. Temos como colaboradores que estarão diretamente envolvidos no projeto, o professor da turma; professores da Universidade para correção dos textos; as duas acadêmicas bolsistas, a coordenadora e um subcoordenador e a juíza da comarca de Parintins, pois consideramos que todos fazem parte da pesquisa, entendendo que comunicação é o principal aspecto de investigação do nosso trabalho.

A escola Municipal Vitório Barbosa funciona em uma sala de aula, dentro da unidade prisional, a qual era anteriormente uma

delegacia. A escola do complexo penitenciário de Parintins, que tem o apoio da SEMED, que atua através do projeto EJA, e oferece 20 vagas na turma, as aulas são no horário vespertino. As poucas vagas não atendem a necessidade educacional do presídio, voltada aos alunos que não completaram o ensino fundamental. Como primeiro passo, após a escrita do projeto, marcamos para que ele fosse apresentado ao diretor do presídio de Parintins. Em seguida fomos informados que a Juíza Juliana Mousinho, titular da 1ª vara da comarca de Parintins, manteria parceria com o projeto. Realizamos reunião com os coordenadores, a Juíza e o responsável pelo presídio, assim como com os participantes do projeto, para apresentação das leis que embasam o projeto a todos os envolvidos, tanto para a UEA como constituição e também aos alunos participantes.

Figura 1 - Escola Carcerária



Fonte - Arquivo pessoal - 2019.

Após conversa foi feita uma campanha para arrecadação de livros para que pudéssemos iniciar as oficinas.

Figura 2 - Reunião dos coordenadores e a juíza com os participantes, para entrega dos livros



Fonte - Arquivo pessoal - 2019.

Figura 3 - Entrega dos livros aos alunos



Fonte - Arquivo pessoal - 2019.

Partindo de toda esta realidade observada e considerando a oportunidade de socialização, e a própria integração social, adentramos as leituras referentes às escolas localizadas em ambientes não formais, porém que adentram a realidade educacional. Os livros que são entregues aos alunos são recolhidos pelas bolsistas e coordenadora com campanhas de arrecadação, tanto no âmbito universitário quanto na nossa respectiva comunidade. Todas as obras são catalogadas e entregues conforme o nível de escolaridade dos alunos.

Cada aluno tem um prazo de 21 a 30 dias, de acordo com a Portaria Conjunta de n. 276 de junho de 2012, do CJF e da Diretoria-geral do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) do Ministério da justiça, Lei n. 12.433 de 29 de junho 2011 e Lei n. 7.210/84, para entrega das resenhas ou resumos. Os alunos são acompanhados pelo professor Raimundo Walber Barros Ferreira da escola presidiária. Logo após a entrega, a avaliação se dá através de um documento, onde colocamos o parecer de cada resenha ou resumo escrito pelos alunos, através das leituras das obras, nesse parecer contém a observação de escrita na norma culta padrão, bem como o nível de percepção feita do aluno de acordo com seu entendimento da obra. Logo após a nossa avaliação é entregue para a Juíza Juliana Mousino, quando deverá se dar os seus devidos fins burocráticos.

Figuras 4 e 5 - alguns alunos recebendo os livros para a sua respectiva leitura



Fonte - Arquivo pessoal - 2019.

RESULTADOS

Ocasionalmente a análise deste processo educacional pelo qual os alunos da escola Vitório Barbosa vêm passando, é visível que a metodologia está pautada em discutir as possibilidades para o crescimento da educação, através de leituras como aceitação da diversidade linguística e social do aluno do complexo penitenciário.

Com a participação do professor adjunto é possível tomar maior conhecimento sobre a turma. Visto que foi tomada de forma satisfatória a implementação do projeto dentro do âmbito carcerário, pois assim os alunos têm mais acesso à leitura, tendo como principal objetivo para o projeto uma boa quantidade de livros explorados pelos alunos e, eventualmente, a diminuição de pena por cada obra lida e resenha entregue por eles. O projeto apesar das dificuldades teve êxito, pois é visível nos alunos o compromisso em colaborar com o projeto e principalmente com eles mesmos.

Outrossim, o que estamos oportunizando para os alunos é a possibilidade de cada um enxergar sua própria realidade e a realidade da sociedade onde habita. O aluno deverá entender a escola como um espaço comum e que se privilegia o saber, havendo assim a valorização da educação que está sendo proporcionada a eles. Assim, envolvendo-os novamente à sociedade e os estimulando a ter outro olhar do meio em que vivem, fazendo-os ter novas oportunidades de escolhas, visto que os presos de justiça não estão apenas fisicamente presos, mas também psicologicamente pelo eventual ambiente e parcerias que os envolvem. Neste caso, é entendido e afirmado que a educação pode contribuir para a formação de jovens e adultos, sendo ela um direito e todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do projeto consiste em incentivar pessoas restritas da liberdade, enquanto alunos da escola municipal Vitório Barbosa, localizada no complexo penitenciário na cidade de Parintins, considerando que a prática da leitura pode vir a contribuir com o processo de remição de pena, bem como para a inclusão social por meio de estudo, no que se refere ao olhar da própria sociedade sobre aqueles que se encontram neste contexto. Será possível também investigar a burocracia que cerca as relações carcerárias partindo do processo educacional e social, para que assim sirva como parâmetro para compreender a problemática, atingindo dessa forma um impacto para interpretar o sistema educacional que envolve os encarcerados e proporcione também a reflexão sobre as práticas de leitura no contexto do cárcere, bem como possibilitar o aprimoramento dessa prática,

levando em consideração as representações sociais simbólicas que possam vir a contribuir como possíveis estratégias de intervenção e discussão acerca dos problemas sociais e educacionais, e suas consequências.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n.º 12.433, de 29 de junho de 2011. Altera a Lei no 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 jun. 2011.

COYLE, Andrew. Administração Penitenciária: Uma abordagem de Direitos Humanos. *Manual para Servidores Penitenciários*. Londres: International Centre for Prison Studies, 2002.

DUARTE, Clarice Seixas. A educação como um Direito Fundamental de natureza social. *Educação & Sociedade*, vol. 28, núm. 100, outubro, 2007.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação*. 3. ed. São Paulo: Centauro, 1980.

JAEGGER, W.W. *Paidéia: a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

JUNIOR, Nelson Nery; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Constituição Federal Comentada e Legislação Constitucional*. São Paulo, 2006.

PÉREZ, Francisco Carvajal & GARCIA, Joaquin Ramos (orgs). *Ensinar ou Aprender a Ler e Escrever? Aspectos teóricos do processo de construção significativa, funcional e compartilhada do código escrito*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SANDÍN ESTEBAN, M. P. *Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e tradições*. Tradução Miguel Cabrera, Porto Alegre: AMGH, 2010.

SILVA, Fábio de Sousa Nunes da. *Análise crítica quanto efetivação do direito fundamental à educação no Brasil como instrumento de transformação social*. Disponível em: <http://www.lfg.com.br>. Acesso em: 07 de maio de 2020. 2008.